Cadernos CESPUC
Belo Horizonte - n. 26 - 2015

O EMPREGO DA VÍRGULA COM ADJUNTOS ADVERBIAIS: PRESCRIÇÕES E USOS

Gustavo Fechus

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas Virtual.

Resumo

Este artigo dedica-se à observação dos adjuntos adverbiais em uso e ao estudo do emprego da vírgula nessas estruturas. Cotejam-se aqui duas ocorrências: por um lado, a aplicação dos adjuntos adverbiais mais frequentemente adotada pelos usuários da língua escrita padrão; por outro, as prescrições fornecidas pela gramática tradicional. Nesse sentido, é preciso perceber é que muitos dos problemas da linguagem escrita não têm o devido suporte na gramática tradicional (GT), seja porque ela não explica satisfatoriamente o evento que desejamos solucionar, seja porque – e isso é muito comum – ainda não foram desenvolvidas pesquisas sobre determinado assunto. O emprego da vírgula, por exemplo, é um dos problemas com que mais se ocupam os revisores, sobretudo em relação aos adjuntos adverbiais.

Palavras-chave: Vírgula. Adjunto adverbial. Revisão.

O exercício da revisão de textos demanda uma série de cuidados que o usuário comum da linguagem escrita nem sempre está habituado a tomar. Sabemos que a intervenção de um bom revisor deve considerar as exigências do gênero com o qual está lidando, já que diferentes domínios discursivos são mais permissivos do que outros no que se refere à correção gramatical. Os gêneros que exigem a manutenção do padrão culto da linguagem escrita são particularmente desafiadores ao profissional da revisão, isso porque o domínio de todas as regras gramaticais é uma competência a ser perseguida durante toda a formação dos estudiosos da linguagem. Um dos desafios com os quais temos de conviver está associado aos paradigmas construídos por toda uma tradição ligada às gramáticas prescritivas, que servem de material de consulta para as mais

diferentes dificuldades que encontramos durante o trabalho. O que é preciso perceber, contudo, é que muitos dos problemas da linguagem escrita não têm o devido suporte na gramática tradicional (GT), seja porque ela não explica satisfatoriamente o evento que desejamos solucionar, seja porque – e isso é muito comum – ainda não foram desenvolvidas pesquisas sobre determinado assunto. O emprego da vírgula, por exemplo, é um dos problemas com que mais se ocupam os revisores, sobretudo em relação aos adjuntos adverbiais.

Com efeito, a GT é muito econômica no que diz respeito às explicações acerca do emprego da vírgula, particularmente em relação aos adjuntos adverbiais. Essas estruturas merecem atenção especial por parte dos linguistas, já que elas desempenham papéis muito diferentes dentro do texto: ora podem exprimir características imanentes ao termo a que se referem, ora podem apresentar juízo de valor, inferências do autor etc. Bechara (2009) afirma que o adjunto adverbial "constitui uma classe muito heterogênea [...] não só do ponto de vista formal como ainda do ponto de vista de valor semântico." (BECHARA, 2009, p. 439). Essa grande diversidade, contudo, não parece ter sido o bastante para impedir que os gramáticos reduzissem toda a sorte de adjuntos adverbiais a uma família comum, compreendendo ou explicando insuficientemente sua atuação na economia textual. Essa questão, portanto, ainda carece de investigações que revisem o postulado da GT e que analisem o uso efetivo dos diferentes adjuntos adverbiais. Nosso trabalho tem por intuito discutir essas estruturas em uso, tomando como base o que se tem praticado nos textos escritos em língua portuguesa padrão.

Uma dificuldade que desde cedo se impõe ao usuário da língua escrita formal está relacionada ao fato de a GT não explicar de modo definitivo o emprego da vírgula nos adjuntos adverbiais. Os gramáticos recomendam determinado uso, mas eles não o têm por obrigatório, o que faz parecer, em alguns casos, que empregar ou não a vírgula é uma opção aleatória do escritor, como se a presença desse sinal de pontuação fosse resultado de meras escolhas pessoais, e não de contingências e motivações inerentes ao próprio texto. O que ocorre, entretanto, é que uma observação menos apressada do texto formal revela que algumas práticas são mais recorrentes entre os escritores; outras, menos. Isso é denotativo de que o funcionamento do emprego dos sinais de pontuação (particularmente da vírgula nos adjuntos adverbiais) ultrapassa as explicações que a GT pode nos fornecer.

Outro aspecto não menos importante em relação aos problemas que encontramos ao estudar o legado da GT é o fato de ela ter a frase como limite de atuação, tornando o texto uma unidade, se não desprezada, pouco compreendida. Assim, as motivações do emprego da vírgula que porventura estejam mais relacionadas ao texto e a sua continuidade temática dificilmente são estudadas por uma gramática cujas limitações, nesse sentido, são praticamente incontornáveis. Importa observar, contudo, que o texto não deve ser compreendido como uma reunião de frases, senão como uma economia cujo sentido se constrói a partir da relação entre os signos, os sintagmas, as frases, os parágrafos etc. Para Platão e Fiorin, "num texto o sentido de cada parte é definido pela relação que mantém com as demais constituintes do todo; o sentido do todo não é a mera soma das partes, mas é dado pelas múltiplas relações que se estabelecem entre elas" (PLATÃO e FIORIN, 1997, p. 14). Se tudo no texto trabalha de modo relacional, a frase não nos parece a medida mais razoável para compreendermos a completude do texto e construirmos seu sentido. O problema é que, além de a GT não tomar o texto como medida de análise, ela o fragmenta para dali extrair seus exemplos, apresentando-nos frases muito deslocadas dos contextos de produção. Conhecê-los, no entanto, pode ser decisivo para o entendimento dos usos e das preferências dos escritores.

Cunha (2001), para explicar o emprego da vírgula, observa que

> Quando os adjuntos adverbiais são de pequeno corpo (um advérbio, por exemplo), costuma-se dispensar a vírgula. A vírgula é, porém, de regra quando se pretende realçá-los. Comparem-se estes passos:
> Depois levaram Ricardo para a casa da mãe Avelina. (J. Lins do Rego, *U*, 320).
> Depois, o engraçado são as passagens de nível, os aparelhos de sinalização, os vagões-cisternas... (A. Abelaira, *D*, 30).
> Depois, tudo caiu em silêncio. (Castro Soromenho, *TM*, 261.) (CINTRA e CUNHA, 2001, p. 646).

É difícil discernir com alguma precisão o que se entende por "adjuntos adverbiais de pequeno corpo" (afinal, um único advérbio pode ser maior do que uma expressão ou locução adverbial). Essa inexatidão ainda se soma a um "costuma-se", que aqui só amplia o terreno das incertezas. Os exemplos fornecidos por Cunha, todos eles extraídos da literatura – fato que, segundo acreditamos, também mereceria revisão metodológica –, não dão conta de esclarecer em caráter

definitivo quando se deve ou não empregar a vírgula nos adjuntos adverbiais. A justificativa do realce igualmente nos parece esquiva porque dispensa o contexto: sem contexto, devemos nos perguntar, como perceber que um determinado elemento de fato foi realçado na frase? Por que razão o "Depois" do primeiro exemplo seria diferente do "Depois" da segunda e da terceira frases? Para enxergarmos as nuances de relevo e de realce temáticos seria preciso algo mais que os deslocados recortes ali apresentados.

As barreiras impostas ao analista, e também ao revisor, talvez sejam superadas se considerarmos possível um novo exame dos paradigmas já sedimentados por um dado vocabulário gramatical associado à tradição normativa. Isso porque, ao verificarmos o uso dos adjuntos adverbiais, observamos que não raro eles funcionam no texto não como *adjuntos* – segundo a GT, termos *acessórios* da oração –, mas como *complementos* – termos *integrantes* da oração, ainda segundo a GT –, ora figurando acoplados a um verbo intransitivo (ou transitivo adverbial), ora restringindo uma ideia que demanda algum nível de delimitação. Essas ocorrências, que serão demonstradas em análise posterior, revelam que, em determinadas ocasiões, os adjuntos adverbiais atuam, no domínio da frase, como elementos restritivos, e, no domínio do texto, como dispositivos responsáveis pela continuidade temática e pela progressão textual.

Cunha considera o aposto e os adjuntos adverbial e adnominal termos acessórios que se juntam a um nome ou a um verbo para precisar-lhes o significado. Ele ensina que, "embora tragam um dado novo à oração, não são eles indispensáveis ao entendimento do *enunciado*." (CUNHA, 2001, p. 149, grifo nosso). É preciso perceber, contudo, que o problema dos adjuntos adverbiais é agravado quando cotejamos a diversidade de caráter de que se revestem essas estruturas. Por exemplo, concordamos que o enunciado "Vou embora" tem seu sentido modificado quando emprestamos a ele um advérbio de negação: "Não vou embora". Parece-nos, nesse caso, que o adjunto adverbial é, sim, indispensável ao entendimento do *enunciado* – o que definitivamente contraria a definição fornecida por sua **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. É importante considerar que, do ponto de vista estrutural, o adjunto adverbial não é indispensável à construção da oração (i.e., com ou sem ele a oração continua sendo gramaticalmente aceitável). Entretanto, do ponto de vista do enunciado, a presença do adjunto adverbial pode ser decisiva para a construção do sentido.

A tudo isso, devemos somar a observação de que ainda conhecemos pouco – e a GT, por sua vez, também nos explica insuficientemente – o funcionamento do emprego da vírgula com elementos de natureza adverbial. Tomemos esta sequência, da qual destacamos os seguintes adjuntos adverbiais:

- a)Eu fui a Minas Gerais *no mês passado*.
- b) Eu *nunca* fui a Minas Gerais.
- c) Eu *sempre* vou a Minas Gerais.
- d) Eu *já* fui a Minas Gerais.
- e) Eu *não* vou a Minas Gerais.
- f) Eu *infelizmente não* vou a Minas Gerais *amanhã*.[1]

1 Neste momento, por motivações metodológicas, não vamos levar em consideração a ocorrência de verbos transitivos adverbiais nem de seus complementos adverbiais. Logo adiante destinaremos mais atenção a esse particular.

Para efeito de análise, vamos aqui investigar tão somente as possibilidades de construção estrutural das frases, desconsiderando, assim, todas as motivações de caráter textual relativas a realce e a relevo temáticos. Submeteremos esses enunciados a três perguntas:

- 1 É possível deslocar o elemento de natureza adverbial na oração sem prejuízo de sentido?

Entenderemos ser plenamente possível o deslocamento do elemento de natureza adverbial na oração quando ele couber, sem prejuízo de sentido, em quatro posições:

- I) antes do verbo e depois do sujeito (A.V.);
- II) depois do verbo e antes do complemento adverbial (D.V.);
- III) antes do sujeito (A.S.) e
- IV) depois do complemento adverbial (D.C.).
- 2 É possível empregar a vírgula nos elementos de natureza adverbial?
- Nos casos em que 2 for afirmativo,
- 3 É possível empregar a vírgula nos elementos de natureza adverbial sem prejuízo de sentido?

Chegamos a este resultado:

	Pergunta 1 É possível deslocar o elemento de natureza adverbial na oração sem prejuízo de sentido?	Pergunta 2 É possível empregar a vírgula nos elementos de natureza adverbial?	Pergunta 3 É possível empregar a vírgula nos elementos de natureza adverbial sem prejuízo de sentido?
Frase a)	• A.V.:Eu, *no mês passado*, fui a Minas Gerais. – Sim • D.V.: Eu fui, *no mês passado*, a Minas Gerais. – Sim • A.S.: *No mês passado*, eu fui a Minas Gerais. Sim • D.C.: Eu fui a Minas Gerais, *no mês passado*. – Sim Sim	Sim	Sim
Frase b)	• A.V.: Eu, *nunca*, fui a Minas Gerais. – Sim • D.V.: Eu fui, *nunca*, a Minas Gerais. – Não • A.S.: *Nunca*, eu fui a Minas Gerais. – ? • D.C.: Eu fui a Minas Gerais, *nunca*. – Não ?	Não	Não se aplica

Frase c)	Sim • A.V.: Eu, *sempre*, vou a Minas Gerais. – Sim • D.V.: Eu vou, *sempre*, a Minas Gerais. – Sim • A.S.: *Sempre*, *eu vou a Minas Gerais*. – Sim • D.C.: Eu vou a Minas Gerais, *sempre*. – Sim	Não	Não se aplica
Frase d)	? • A.V.: Eu, *já*, fui a Minas Gerais. – Sim • D.V.: Eu fui, *já*, a Minas Gerais. – Não • A.S.: *Já*, eu fui a Minas Gerais. – Não • D.C.: Eu fui a Minas Gerais, *já*. – Sim	Não	Não se aplica
Frase e)	Não • A.V.: Eu, *não*, vou a Minas Gerais. – Sim • D.V.: Eu vou, *não*, a Minas Gerais. – Não • A.S.: *Não*, eu vou a Minas Gerais. – Não • D.C.: Eu vou a Minas Gerais, *não*. – Não	Sim	Não
Frase f)	? • Eu *infelizmente não* vou a Minas Gerais *amanhã*.	Sim	Não

Podemos observar que o funcionamento dos adjuntos adverbiais e, consequentemente, que o emprego da vírgula nessas estruturas não obedecem a uma ideia que antecipadamente poderíamos ter a respeito dessas ocorrências dentro da frase.[2] Se, por um lado, coincide a classe gramatical a que pertencem as palavras em destaque (como é o caso dos advérbios "nunca", "sempre", "já", "não" e "infelizmente"), por outro lado, a performance que essas palavras desempenham na estrutura das orações é bastante diversa – embora a GT as compreenda unicamente como adjuntos adverbiais.

2 Além das noções de *oração* e *período*, também operaremos aqui com a noção tradicional de *frase*: unidade portadora de uma entonação específica; unidade que começa com letra maiúscula e termina com ponto final, reticências, ponto de exclamação ou ponto de interrogação.

Vejamos que vários aspectos confirmam a tese de que os adjuntos adverbiais funcionam de diferentes maneiras no interior de uma oração. Talvez pudéssemos esperar que um "nunca" (elemento de natureza adverbial temporal) funcionasse da mesma forma que um "sempre" (elemento de natureza adverbial temporal). Entretanto, os lugares que esses elementos podem ocupar na oração não são os mesmos, já que na posição D.V. cabe o "sempre", mas não cabe o "nunca". Observemos, então, que a frase c) "Eu vou *sempre* a Minas Gerais" parece-nos aceitável, ao passo que a frase b) "Eu fui *nunca* a Minas Gerais", não.

Também devemos observar que, embora "não" e "sempre" estejam alinhados à classe dos advérbios, ambos respondem de diferentes maneiras ao emprego da vírgula. Observemos ainda que, se o advérbio for acompanhado de vírgulas na frase e) "Eu *não* vou a Minas Gerais", o sentido se modifica – "Eu, *não*, vou a Minas Gerias" –, o que não ocorre com a frase c) "Eu, *sempre*, vou a Minas Gerais". Enquanto esse sinal de pontuação modifica decisivamente o sentido da primeira frase, isso não acontece na segunda.

Em relação ao emprego da vírgula e à ordem de aparecimento dos adjuntos adverbiais na oração, também podemos constatar que há casos em que a presença desse sinal de pontuação e o lugar do adjunto adverbial não acarretam diferenças de sentido. Em outras situações, entretanto, a ordem de aparecimento dos adjuntos adverbiais e o emprego da vírgula serão decisivos para o sentido da frase. Vejamos, ainda que em a) "Eu fui a Minas Gerais *no mês passado*", o adjunto adverbial em destaque pode figurar em qualquer posição (A.V., D.V., A.S., D.C.), sem prejuízo de sentido, com ou sem vírgula. Já em f) "Eu *infelizmente não* vou a Minas Gerais *amanhã*", a ordem de aparecimento dos adjuntos adverbiais e a presença da vírgula definem o sentido da frase. Vejamos que a frase "Eu *infelizmente não* vou a Minas Gerais *amanhã*" é bastante diferente de "Eu,

não infelizmente, vou a Minas Gerais *amanhã*", que, por sua vez, também é diferente de "Eu, *não amanhã*, *infelizmente*, vou a Minas Gerais" etc.

Como pudemos verificar, a diversidade de atuação dos adjuntos adverbiais e do emprego da vírgula parece-nos convencer de que é preciso rever a compreensão da GT acerca dessas estruturas – afinal, elas têm se mostrado bem menos previsíveis do que antecipadamente poderíamos supor. Para verificarmos essas ocorrências em uso, selecionamos o texto "Era uma vez a transposição" [3], pertencente ao âmbito jornalístico e publicado em revista de grande circulação nacional – fatos que garantem ao analista um objeto mais próximo do registro formal da linguagem escrita.

3 Verificar análise em arquivo anexo.

Tivemos por objetivo proceder à análise dos adjuntos adverbiais, verificar o emprego da vírgula nessas estruturas e observar algumas regularidades que nem sempre correspondem ao postulado da GT. Ressaltamos que nossa análise não incorporou como objeto de estudo as orações subordinadas adverbiais, mas apenas os adjuntos adverbiais.

Certas ocorrências foram objeto de estudo desta investigação. Procuramos saber, entre outros aspectos, de que maneira (e por que motivo) os adjuntos adverbiais figuram na frase: se antes ou depois do sujeito; se separados por vírgula ou não.

Na primeira frase do texto, lemos:

> Em outubro de 2009, uma equipe de assessores da Presidência foi enviada ao canteiro de obras da transposição do rio São Francisco na cidade de Floresta, interior de Pernambuco. (SCARPIN, 2012, p. 28).

Esse trecho já sinaliza alguns procedimentos frequentemente adotados pelos usuários que assumem o registro padrão da linguagem escrita. Em primeiro lugar, devemos observar o fato de os *complementos adverbiais* virem sempre sem vírgula, isso porque essas estruturas funcionam como termos integrantes da oração, completando verbos transitivos adverbiais – ou verbos intransitivos, segundo a GT –, como ocorre em "foi enviada *ao canteiro de obras*". Situações como essa, em que verbos transitivos adverbiais exigem complemento adverbial, não apresentam vírgula.

A essa regularidade devemos somar a observação de que os adjuntos adverbiais (sobretudo os de tempo e lugar) que

iniciam frases costumam vir separados por vírgula – evento que, entre outras muitas ocorrências ao longo do texto, também verificamos em "Em outubro de 2009,". Segundo o levantamento que realizamos, a maioria desses casos obedece a esse mesmo procedimento, o que significa que, embora a GT indique ser facultativo o emprego da vírgula, a análise dessa estrutura em uso revela que, nesses casos, os escritores têm optado pela presença desse sinal de pontuação. Percebemos ser comum esse tipo de deslocamento que apresenta o adjunto adverbial à esquerda, com vírgula, e o retira de seu lugar não marcado, à direita do verbo. Desse modo, dentro de uma certa hierarquia de focalização temática, o lugar ocupado pelo adjunto adverbial não é casual ou irrelevante, mas decisivo para a economia e a organização textuais.

Atentemos ainda para o fato de que, não por acaso, "na cidade de floresta" dispensa o emprego da vírgula. Em situações como essa, em que o adjunto adverbial aparece à direita e sem vírgula, estamos convencidos de que o emprego desse sinal de pontuação não é opcional, como sugere a GT. Percebemos que, em determinadas ocasiões, o adjunto adverbial não funciona apenas como termo acessório ou secundário, mas como elemento restritivo – o que altera sensivelmente o estatuto da tradição normativa. Nessa ocorrência, a informação veiculada pelo adjunto adverbial é muito relevante, já que não queremos apenas informar que "uma equipe de assessores da Presidência foi enviada ao canteiro de obras da transposição do rio São Francisco". Para a progressão desse texto, é de suma importância informar para qual canteiro de obras a equipe da Presidência foi enviada – razão por que o adjunto adverbial, à direita e sem vírgula, restringe e localiza uma nova informação: "uma equipe de assessores da Presidência foi enviada ao canteiro de obras da transposição do rio São Francisco *na cidade de Floresta*". Em resumo, a informação trazida por esse adjunto adverbial é nova e importante para a continuidade do texto e, por isso, o adjunto adverbial figura à direita e sem vírgula.

Entendemos que os adjuntos adverbiais à direita e sem vírgula trazem ao texto um dado novo, enquanto os adjuntos à direita e com vírgula não necessariamente exercem essa mesma função. Vejamos que, dispensadas as ênfases de entonação da oralidade, diante da pergunta "Quando ele chegou?" haveremos de responder "Ele chegou *ontem*" ou "Ele chegou *em novembro do ano passado*" etc. Reparemos que a informação veiculada pelo adjunto adverbial é o que de fato interessa; observemos ainda que geralmente não empregaríamos vírgula nesses casos:

o que queremos saber, realmente, não é *se* ele chegou, mas *quando* ele chegou – o que só pode ser fornecido pelos adjuntos adverbiais à direita e sem vírgula.Também é preciso anotar que a presença ou a ausência da vírgula não diz respeito ao tamanho do adjunto adverbial (conforme ensina a GT e, particularmente, Celso Cunha), senão à necessidade de restringir e priorizar informações.

Mesmo que nosso levantamento ainda seja insuficiente para proposições mais conclusivas, ele sinaliza algo importante: o funcionamento real dos adjuntos adverbiais e o emprego da vírgula com essas estruturas obedecem a uma lógica que não corresponde exatamente às prescrições fornecidas pela gramática normativa. Isso é o bastante para chamarmos a atenção do revisor de textos para as questões aqui sugeridas, já que suas intervenções devem ser balizadas mais pela pesquisa do que pela intuição.

Abstract

This article aims at observing adverbial adjuncts in use and the study of how commas are applied in these structures. Two instances are compared here: on the one hand, the application of adverbial adjuncts most frequently adopted by the users of the standard written language; on the other hand, the prescriptions provided by the traditional grammar book.

Keywords: Comma. Adverbial Adjunct. Proofreading.

Referências

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CINTRA, Luís F. Lindley; CUNHA, Celso. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Lições de texto**: leitura e redação. São Paulo: Ática, 1997.

SCARPIN, Paula. Era uma vez a transposição. **Revista Piauí**, São Paulo, 07/12/2012. nº 75, p. 28-30.

ANEXO

Legenda:

Adjunto adverbial no meio ou à direita, com vírgula;

Adj. Adv. à esquerda ou ao meio, sem vírgula;

Adjunto à esquerda do sujeito, com vírgula;

Adj. Adv. à direita do verbo, sem vírgula;

Verbo transitivo adverbial;

Complemento adverbial.

ERA UMA VEZ A TRANSPOSIÇÃO

Paula Scarpin

Em outubro de 2009, uma equipe de assessores da Presidência foi enviada ao canteiro de obras da transposição do rio São Francisco na cidade de Floresta, interior de Pernambuco. A comitiva de Luiz Inácio Lula da Silva chegaria dali a uma semana, e os prospectores estavam em busca de boas histórias que Lula pudesse mencionar nos palanques – o que sempre gostava de fazer. A comerciante Eliane Lisboa, então com 35 anos e o rosto envelhecido pelo sol, era uma das personagens cujo enredo servia aos propósitos do ex-presidente. Pensando numa forma de lucrar com as obras, havia abandonado o roçado onde trabalhava com o marido para vender coxinhas, pastéis e refrigerantes nos canteiros. Os salgados fizeram sucesso. E logo Eliane montou um pequeno restaurante na garagem de casa para servir café, almoço e jantar aos operários. Em pouco tempo, precisou construir um anexo e contratar funcionários. "Desde criança, sonhava em ter um negócio. Só precisava de uma oportunidade", disse três anos mais tarde, deitada no sofá de casa numa tarde de setembro.

No palanque montado no canteiro em que trabalhava o Exército, Lula mencionou a história da empreendedora. Quando a comitiva presidencial se retirava, Eliane se apressou para falar com ele. "Lula me chamou para almoçar. Me sentei à mesa com ele e o governador Eduardo Campos", contou. "Ele quis saber como eu comecei, eu disse que me inspirei nele. Ele chorou, me abraçou muito." O clima era de confraternização.

Dilma Rousseff, então ministra-chefe da Casa Civil, também

participou da viagem. Como sempre fazia, Lula tratou de anunciar à população que aquela desconhecida a seu lado era "a mãe do PAC". Em Floresta, Dilma obteve 86,3% dos votos válidos na disputa presidencial de 2010. Na vizinha Betânia, atingiu 95,4%.

O Nordeste tem mais da metade de seu território coberto pelo semiárido, dispondo de apenas 3% da reserva de água doce do Brasil. A situação se complica porque cerca de 10 milhões de sertanejos vivem da agricultura e da pecuária, atividades muito vulneráveis à seca. O São Francisco concentra 63% da oferta hídrica do Nordeste e é um dos únicos rios perenes a atravessar o sertão. O desvio de parte de sua vazão foi diversas vezes aventado ao longo da história do país. A conversa remonta ao início do século XIX. De maneira intermitente, atravessou o Império e a República.

Em 2007, quando Lula resolveu tirar a transposição do papel, o projeto estava orçado em 4,8 bilhões de reais e tinha sua conclusão prevista para o fim do mandato, em 2010. Hoje, no final de 2012, depois de gastos 3,4 bilhões, pouco mais de 40% das obras estão concluídas. Um novo orçamento, divulgado em março deste ano, estimou um custo final de 8,2 bilhões de reais. O novo prazo para o fim das obras – otimista demais, na avaliação de vários críticos – é 2015.

O nome oficial – "Projeto de integração do rio São Francisco com bacias hidrográficas do nordeste setentrional" – procurou contornar a insatisfação dos estados por onde o rio já passa, contrários à obra. O plano, em resumo, prevê a construção de dois longos canais que devem levar parcela da água do São Francisco para os rios não perenes. A retirada de água prevista é de 26,4 metros cúbicos por segundo, o que corresponde a mais ou menos 1% da vazão garantida pela Barragem de Sobradinho, na divisa dos estados de Pernambuco e da Bahia. Quando foi lançado, o projeto veio acompanhado da promessa de beneficiar 12 milhões de pessoas em 391 municípios, incluindo a região metropolitana de Fortaleza, onde o problema de falta de água é crônico para 2 milhões de habitantes.

Os pontos de partida dos dois canais ficam no estado de Pernambuco, a menos de 100 quilômetros de distância um do outro. O eixo leste parte do lago de Itaparica e deve percorrer 220 quilômetros até desembocar no rio Paraíba, o mais importante do estado, perto da cidade de Monteiro. A captação de água do eixo norte fica próxima à Barragem de

Sobradinho, em Cabrobó, e o canal, com 402 quilômetros, atravessa Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, até atingir a bacia do Jaguaribe, no Ceará.

O governo dividiu os dois grandes trechos, que somam 622 quilômetros, em dezesseis lotes, licitados individualmente. A exceção são as duas tomadas d`água, que ficaram sob a responsabilidade da Engenharia do Exército. A região de onde partem os canais é conhecida como "polígono da maconha". O uso da mão de obra do Exército naquela área tinha também a intenção de inibir a possível resistência às obras por parte de traficantes.

A tomada d`água, ou "ponto de captação", é um trecho de canal de aproximadamente 10 quilômetros, aberto artificialmente e revestido de talude – pequenas pedras encaixadas manualmente – para evitar o assoreamento, ou seja, o acúmulo de sedimentos pelo depósito de terra, detritos etc. Em seguida, há uma primeira barragem, que funciona como reservatório, e a primeira torre de bombeamento, responsável por impulsionar a água para o restante do canal por centenas de quilômetros.

Numa manhã de setembro, entre as cidades pernambucanas de Betânia e Custódia, o padre Sebastião Gonçalves avistou uma placa desbotada fincada entre mandacarus e galhos raquíticos retorcidos. Leu em voz alta o aviso taquigráfico: DEVAGAR TRECHO EM OBRAS CANAL TRANSPOSIÇÃO. Gonçalves puxou bruscamente o freio de mão de seu Fiat Uno e desceu para bater uma foto. "Devagar meeeesmo", disse, sarcástico, ao voltar para o carro. Pelos próximos quilômetros de estrada de terra, não haveria qualquer vestígio de obra. Dispensado dos compromissos eclesiásticos para que possa fiscalizar os efeitos da transposição do rio São Francisco nas comunidades de sua diocese, o padre paraibano faz esse trajeto semanalmente há dois anos. Conhece os caminhos da caatinga de cor. Não titubeia em nenhuma bifurcação, não desacelera quando a estrada perde os contornos e se indiferencia da paisagem.

Visto de cima, o canal que margeávamos pareceria um tracejado esparso, em que os traços seriam os trechos já com o concreto armado, separados um do outro por quilômetros de caatinga virgem ou, no máximo, de vala aberta.

Depois da primeira estação de bombeamento, como a água corre com mais força, o canal é nivelado com cimento coberto com uma manta impermeável de PVC, sobre a qual é aplicado o concreto. O percurso deve ter uma declividade constante:

em trechos de maior depressão, é necessário fazer aterros ou construir aquedutos; em trechos de elevação, deve-se desgastar o solo, construir uma nova estação de bombeamento ou, até mesmo, um túnel.

O padre, inicialmente, tinha a missão de cobrar oportunidades de emprego para os pais de família da região, de conferir as indenizações para quem é relocado, de checar se as detonações para abrir o canal têm abalado a estrutura já frágil das casas. Mas o trecho do canal que passará pela área de sua diocese, com sede em Floresta, está parado há mais de dois anos. A principal atividade do padre desde então tem sido fotografar a vegetação que invade as obras abandonadas e as rachaduras no concreto já armado – e publicar seus registros na internet.

Sebastião Gonçalves é o 13º filho de uma família católica não praticante de Patos, na Paraíba. Ligado à Comissão Pastoral da Terra e devoto de São Francisco de Assis, o padre, de 37 anos, não esconde sua simpatia pelo socialismo. Tem desprezo por qualquer tipo de luxo. E raramente sorri. Em uma semana de viagem, riu uma única vez, ao ouvir a canção O Pobre e o Rico, de Biliu de Campina: "Todo rico tem um meio de vida/ Todo pobre, a vida pelo meio/ O rico pega o carro e sai para passear/ O pobre sai para passear e o carro pega."

Padre Sebastião, como é mais conhecido, é capaz de passar horas sem pronunciar uma única palavra. Na maior parte das vezes, simplesmente ignora o interlocutor quando é abordado. Ainda nos primeiros quilômetros de trajeto, perguntei-lhe o que pensava do programa de cisternas. Foi umas das perguntas que deixou sem resposta.

Distribuídas por órgãos governamentais para armazenar a água da chuva, as cisternas podem abastecer uma família de cinco pessoas por até oito meses, caso a água seja utilizada só para beber e cozinhar. Nos anos 80 e 90, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária organizou a construção de cisternas de alvenaria no Nordeste. No governo Lula, foi dada ampla divulgação ao projeto Um Milhão de Cisternas, que recentemente alcançou metade da meta. O Ministério da Integração Nacional, no projeto Água Para Todos, começou agora a distribuir cisternas de polietileno.

Quando o sol se pôs, o padre embicou o carro num vilarejo e estacionou ao lado de uma casa de reboco. "Já tomou banho de cuia?", perguntou sem esperar pela resposta. Na janela da casa, uma senhorinha com longos cabelos brancos presos num

coque abriu um sorriso e estendeu os braços para Sebastião Gonçalves. Maria do Socorro da Silva mora sozinha com o filho e sempre hospeda o padre. "Tia Cuca", como é chamada pelos vizinhos da comunidade da Serra Negra, gosta de mimá-lo com cuscuz de milho na manteiga e biscoitos.

Na cozinha, a beata guarda a água em potes de barro para beber, cozinhar e lavar a louça. No banheiro, um balde sob a pia serve tanto para a descarga quanto para lavar as mãos. Uma bacia sobre um banquinho ocupa a metade da área do boxe. A "cuia" é uma canequinha de plástico, que auxilia o enxágue do banho. Oito anos atrás, quando a prefeitura cavou um poço à distância de 7,5 quilômetros da vila, ela e o marido instalaram pias, descarga e chuveiro. Mas as gestões municipais seguintes alegaram que não havia dinheiro para as adutoras, e o marido de tia Cuca morreu antes de ver a água chegar pelos canos.

Ainda que distante, o poço salvou o vilarejo da total dependência dos caminhões-pipa, que são a única fonte de abastecimento das cisternas em longos períodos de seca, como a atual, que já dura dois anos e é considerada a maior dos últimos trinta anos na região.

Aos domingos, as famílias sobem de moto até o poço, com as roupas da semana para lavar. "A gente leva uma carne seca, uma macaxeirinha para passar o dia. É até um divertimento", disse a viúva. Aproveitando a campanha eleitoral, o padre Sebastião e um grupo de moradores levaram a seguinte proposta à prefeita, que tentava a reeleição: ela doaria o material necessário para a adutora e a própria vila ficaria responsável pela mão de obra. Ela aceitou.

Na manhã seguinte à nossa chegada à Serra Negra, o padre juntou-se ao mutirão que puxava o encanamento da água do poço. Decidiu que já era hora de responder à minha pergunta sobre o programa de cisternas: "Quem diz que cisterna é a solução para o sertanejo é porque tem água em casa", disse.

No mutirão, um homem magro de bigode e pele avermelhada transportava longos canos de PVC azul sobre os ombros, cinco de cada vez. Para se proteger do sol inclemente, Luís Henrique da Silva vestia calça comprida e camisa de manga longa. Tinha um lenço sob o boné, para esconder o pescoço. Desempregado desde que a construtora Egesa abandonou o seu lote na obra do São Francisco, Silva tem feito bicos como catador de madeira para sustentar a família. Arrependido dos "quatro meses e seis dias" em que trabalhou como servente de pedreiro na

transposição, ele e outros colegas tentam anular a passagem profissional na Justiça. Ainda que breve, o registro em carteira impede que ele se aposente como trabalhador rural aos 60 anos.

A água vertida pelo poço em Serra Negra deverá ser usada somente para beber, cozinhar e tomar banho. "Não tem suficiente para todo mundo fazer uma plantaçãozinha irrigada, criar gado. Vai dar no máximo para uma horta no quintal de casa e dar de beber a uns poucos animais", disse Silva. Ele tem esperança de que, quando o canal da transposição estiver concluído, passando ao lado da comunidade, será possível captar a água necessária para o vilarejo viver da agricultura e da pecuária.